



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLI — Nº 123

CAPITAL FEDERAL

SEXTO-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 1986

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 286^a SESSÃO, EM 2 DE OUTUBRO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Pareceres encaminhados à Mesa

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Resultado de eleições para preenchimento de vagas de presidente e vice-presidente de comissões que específica.

— Manutenção, por decurso de prazo, de voto apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1981.

1.2.3 — Discursos do Expediente

SENADOR AFONSO SANCHO — Análise sobre invasões em áreas desapropriadas no Rio Grande do Sul.

SENADOR LUIZ CAVALCANTE — Poema de Carlos Drummond de Andrade, intitulado "Mulher da Vida, Minha Irmã", em face de notícia veiculada na Imprensa sobre a realização do II Congresso Mundial de Prostitutas, em Bruxelas.

1.3 — ORDEM DO DIA

Trabalhos das Comissões

1.3.1 — Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR ALAOR COUTINHO — Realização, em São Paulo, do III Encontro Nacional de Desenvolvimento das Atividades Legislativas — ANDAL.

1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 103 a 105, de 1986

3 — SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas de 1º a 31-8-86.
(Retificações)

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE — LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 286^a Sessão em 2 de outubro de 1986

4^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

— Galvão Modesto — Dias Macedo — Afonso Sancho — Amir Gaudêncio — Maurício Leite — José Urbano — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Alaor Coutinho — Mata-Machado — Benedito Canelas — José Fragelli — Arno Damiani — Ivan Bonato — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A lista de presença acusa o comparecimento de 15 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECERES Nºs 1.033 e 1.034, de 1986

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1986 (nº 7.184-B, de 1986, na origem), que "cria Cargos de Secretário de Turma e de Diretor de Serviço na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região".

PARECER Nº 1.033, DE 1986

Da Comissão de Serviço Público Civil

Relator: Senador Jorge Kalume

Vem a exame desta Comissão Projeto de Lei da Câmara, criando Cargos de Secretário de Turma e de Diretor

de Serviço na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

A Proposição, de iniciativa do ilustre Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos dos arts. 56 e 115, II, da Constituição, se faz acompanhar de Justificação, esclarecendo que a criação de Cargos de Juiz no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e mesmo a criação de Juntas de Conciliação e Julgamento não têm sido acompanhada da criação de cargos para funcionários de apoio ou de direção e assessoramento superiores, no Tribunal, em número suficiente ou compatível com a necessidade de serviço o que não só agrava as dificuldades existentes como gera outras.

Assim e por esse motivo, a Presidência do Tribunal Superior do trabalho propõe a criação, no Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, de 3 (três) cargos de provimento em co-

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00

Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

missão de Secretário da Turma TRT 4^a, código DAS-101.2 e 3 (três) cargos de provimento em comissão de Diretor de Serviço TRT 4^a, código DAS-101.2.

Esclarece o Parágrafo único, do art. 1º do Projeto que os cargos de Diretor de Serviço, código DAS-101.2, destinam-se ao Serviço de Distribuição, respectivamente das Juntas de Conciliação e Julgamento de Caxias do Sul, Canoas e Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Considerando que a iniciativa tem amparo constitucional e que as despesas decorrentes da execução do Projeto, quando transformado em lei, serão atendidas à conta dos recursos orçamentários próprios do TRT da 4^a Região, somos, no âmbito desta Comissão, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1986. — Nivaldo Machado, Presidente eventual — Jorge Kalume, Relator — José Urbano — Afonso Sancho.

PARECER Nº 1.034, de 1986
Da Comissão de Finanças

Relator: Senador Jorge Kalume

O Projeto em análise, encaminhado pelo Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos dos arts. 56 e 115, II da Constituição Federal, tem por objetivo criar cargos na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 4^a Região.

Na Casa de origem a medida resultou aprovada em Plenário após as manifestações favoráveis ao seu acolhimento nas Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público e de Finanças.

Encaminhada a matéria à revisão do Senado Federal, consoante a regra do art. 58 da Lei Maior, cabe-nos, nessa oportunidade, a sua apreciação sob o enfoque financeiro.

Pretende o Projeto ampliar o Quadro da Secretaria do TRT da 4^a Região, criando 3 (três) cargos de provimento em comissão de "Secretário de Turma" e 3 (três) cargos, também de provimento em comissão, de "Diretor de Serviço", todos com símbolo DAS-101.2, destinando os últimos ao Serviço de Distribuição respectivamente das Juntas de Conciliação e Julgamento de Caxias do Sul, Canoas e Novo Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Segundo a Justificação firmada pelo Presidente do Egípcio Tribunal Regional do Trabalho da 4^a Região a criação dos referidos cargos se faz necessária tendo em vista que as últimas alterações na composição do Tribunal e o aumento do número de Juntas de Conciliação não foram acompanhadas pela criação de cargos para funcionários de apoio ou de assessoramento e direção.

A providência em tela, inegavelmente, contém grande interesse para a Administração da Justiça do Trabalho no âmbito jurisdicional da 4^a Região, sediada em Porto Alegre.

No que concerne ao aspecto das finanças públicas, cabe assinalar que nenhum óbice pode ser aposto à medida, uma vez que as despesas decorrentes de sua imple-

mentação correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento da União para o Tribunal supracitado.

Pelas razões expostas, somos pela aprovação do projeto de lei em exame.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 1986. — Carlos Lira, Presidente, em exercício — Jorge Kalume, Relator — Amílcar Gaudêncio — Octávio Cardoso — Cid Sampaio — Afonso Sancho — Hélio Gueiros — José Urbano — Aloar Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O Expediente lido vai à publicação. (Pausa.)

A Presidência comunica ao Plenário que, em decorrência de vagas nas presidências e vice-presidências de diversas comissões, foram realizadas eleições no âmbito das mesmas para preenchimento dos citados cargos. Assim, em 16 de setembro último, na Comissão de Ciência e Tecnologia foram eleitos os Senadores Nivaldo Machado e César Cals, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente; na Comissão de Municípios, foi eleito Presidente o Senador Amaral Peixoto; na Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas elegeu-se Presidente o Senador Arno Damiani; em 18 de setembro, a Comissão de Finanças elegeu o Senador Maurício Leite Presidente daquele Órgão Técnico e, finalmente, a Comissão Especial Mista que programa comemorações pela passagem dos centenários da proclamação da República e da 1^a Carta Republicana reuniu-se em 17 de setembro último elegendo, para a Presidência, o Senador Lourival Baptista.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Esgotou-se dia 24 de setembro próximo passado o prazo previsto no § 3º do art. 59 da Constituição, para que o Congresso Nacional deliberasse sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1981 (nº 2.048/79, na origem), que dá nova redação ao § 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispor sobre o fornecimento de transporte para o trabalhador, vetado totalmente pelo Sr. Presidente da República.

Nos termos do § 4º do referido dispositivo constitucional, o veto é considerado mantido.

A Presidência fará a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Afonso Sancho.

O SR. AFONSO SANCHO (PDS — CE) Pronuncia o seguinte discurso: — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O pronunciamento do Ministro da Justiça, Paulo Brossard, condenando os insuladores da invasão de áreas desapropriadas ou em processo de desapropriação, no Rio Grande do Sul, é uma grave advertência:

1º — à Nação, porque denuncia grupos interessados na desestabilização do Governo que, desafiado pela propagação da desordem, é forçado a garantir e defender o restabelecimento da ordem e da segurança pública;

2º — aos próprios integrantes do chamado Movimento dos Sem Terra, que, segundo o Ministro, "estão sendo usados como massa de manobra pelos iniciadores cujo objetivo é a violência, o sangue e a luta armada declarada, formal".

Ninguém deste país, com exceção dos comprometidos em preparar um processo social patológico e implantar guerra revolucionária, pode aceitar, passivamente essa agitação generalizada de segmentos da sociedade.

Evidentemente, o que se passa na Fazenda Annoni é o primeiro dos cinco estágios da guerra interna, isto é, o início da organização revolucionária. A esta, seguirá a criação do clima revolucionário e, depois, a ação subversiva franca e aberta em que se ativam as massas. A quarta fase, de rebelião plena, culmina com a criação de zonas liberadas, que provoca a contra-ofensiva geral, combinando as ações de guerrilhas com as operações militares clássicas.

O plano da CUT e do PT, aos quais o Ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, atribui a responsabilidade pelos acontecimentos da Fazenda Annoni, deve ser freado enquanto no início da subversão. Afinal de contas, a Nação inteira, o Brasil todo merece viver em tranquilidade. Não essa paz que Lenine considera "continuação da guerra por outros meios" ou essa coexistência pacífica definida por Kruschev como "uma forma de intensa luta ideológica do proletariado contra as forças agressivas do capitalismo".

Quando resolveu denunciar os "empreiteiros do delito organizado", o Ministro Paulo Brossard prestou serviço de defesa do regime democrático recentemente instalado. E, com a sua autoridade, fez ver aos aquiladores da desordem que o Governo e os brasileiros conhecem os objetivos a que conduzem as ações iniquas. E tem razão quando enxerga, na luta de hoje dos chamados "sem terra", a batalha de amanhã dos intitulados "sem bancos", "sem indústria", "sem casa", "sem comércio". Milhares de grupos "sem alguma coisa" estarão agitando os quatro cantos do Brasil, dentro do esquema de "quanto pior para o Brasil melhor para a CUT".

O desfecho do criminoso movimento de invasão da Fazenda Annoni, com a ameaça de invasão de outras áreas em processo de desapropriação, pelo Governo, para fins de assentamento de colonos, como previsto pela reforma agrária, deve prontamente ser enfrentado. O esbulho possessório, a incitação ao crime, a apologia de fato criminoso e a associação para a prática de crime — conforme demonstrado pelo titular da Justiça, estão previstos no Código Penal, devendo, como tal, receberem a merecida resposta, a fim de que o Governo não venha a ser acusado de violência.

Nos dias atuais, é flagrante a inversão de valores. Os criminosos agem abertamente, afrontosamente e, quando a autoridade cumpre o seu dever, há sempre quem defende os inimigos da sociedade. Principalmente se corre sangue ou acontece a perda de vida.

O poder público, nesta hora, tem a obrigação de esclarecer a opinião pública em relação ao processo de guerra revolucionária que se pretende estabelecer no País, com o apoio de setores externos, aos quais não interessa o crescimento econômico e social do Brasil, dentro dos princípios de liberdade e democracia.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Cavalcante.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (PFL — AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

"Prostitutas de 16 Países se encontram em Bruxelas". Este, o título de notícia inserida no Jornal do Brasil, de hoje, sobre a inauguração, ontem, em Bruxelas, do II Congresso Nacional de Prostitutas, que se realiza no salão do próprio Parlamento europeu. Na reunião, que durará três dias, se discutirá a prostituição feminina, segurança sanitária, drogas, AIDS e a exploração das mulheres por rufiões.

Mas, o principal objetivo do Congresso é abrigar a prostituição nas legislações trabalhistas de todos os países, conforme uma das oradoras do encontro, que declarou: "As damas da noite são mulheres que trabalham e devem gozar dos mesmos direitos e das mesmas liberdades de outros trabalhadores".

Em face desta notícia, parece-me azado ler o poema de Carlos Drummond de Andrade, intitulado: "Mulher da Vida".

Mulher da Vida,
Minha irmã.

De todos os tempos.
De todos os povos.
De todas as latitudes.
Ela vem do fundo imemorial das idades
e carrega a carga pesada
dos mais torpes sínônimos,
apelidos e apodos:
Mulher da zona,
Mulher da rua,
Mulher perdida,
Mulher à-toa.
Sobreviventes.
Possuídas e infamadas sempre
por aqueles que um dia
as lançaram na vida.
Marcadas. Contaminadas.
Escorchadas. Discriminadas.
Nenhum direito lhes assiste.
Nenhum estatuto ou norma as protege.
Sobrevivem como a erva cativa
dos caminhos.
pisadas, maltratadas e renascidas.
Flor sombria, semelhante espinhal
gerada nos viveiros da miséria,
da pobreza e do abandono,
enraizada em todos os quadrantes
da Terra.
Possuída e enxoalhada,
ela é a muralha que há milênios
detém as urgências brutais do homem
para que na sociedade
possam coexistir a inocência,
a castidade e a virtude.

Mulher da Vida,
Minha irmã.

No fim dos tempos.
No dia da Grande Justiça,
do Grande Juiz,
serás remida e lavada
de toda condenação.
E o juiz da Grande Justiça
a vestirá de branco
em novo batismo de purificação.
Limpará as máculas de sua vida
humilhada e sacrificada
para que a Família Humana
possa subsistir sempre,

estrutura sólida e indestrutível
da sociedade,
de todos os povos,
de todos os tempos.

Mulher da Vida,
Minha irmã.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Ordem do Dia da presente sessão destina-se a trabalhos de comissões.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alaor Coutinho.

O SR. ALAOR COUTINHO (PFL — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho a grata satisfação de trazer ao conhecimento da Casa a realização, em São Paulo, Capital, de 23 a 25 de setembro passado, do "III Encontro Nacional de Desenvolvimento das Atividades Legislativas — ANDAL."

À sessão solene de abertura do Encontro, compareceram o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ulysses Guimarães; o Presidente da União Parlamentar Interestadual, Deputado Francisco Horta; o Presidente da "Conferência Nacional dos Legislativos Norte Americanos", Senador David Nethsing; o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Nova Iorque, EUA, Deputado William Passanante, o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, Deputado Ernâni Calvino, além de servidores das diversas Assembléias Legislativas do nosso País, inclusive Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Presidiu a sessão solene o Deputado Luiz Carlos Santos, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Representando a mais alta Casa do Poder Legislativo, Sua Excelência o Senhor Senador Enéas Faria, em brilhante e oportuno pronunciamento, pontificou a criação da ANDAL como um dos eventos mais significativos dos últimos anos em termos de potencial para a vida legislativa desta Nação, a longo prazo.

De fato, Senhor Presidente e Senhores Senadores, a ANDAL nasceu da necessidade de os Legislativos se intercomunicarem, institucionalmente, através dos seus servidores e dos parlamentares. A ANDAL se apresenta como o instrumento ideal para a valorização do servidor legislativo, permitindo o seu aprimoramento, a sua profissionalização e, consequentemente, um melhor e mais acurado sistema de apoio à atividade parlamentar.

Para a consecução dos seus objetivos, a ANDAL estabeleceu, em seus estatutos (artigo 4º):

- “São finalidades da ANDAL:
 - I — propugnar pelo constante aperfeiçoamento e valorização do Legislativo;
 - II — estimular a integração das entidades legislativas, o intercâmbio de opiniões;
 - III — promover o aprimoramento cultural, intelectual e profissional dos seus associados;
 - IV — colaborar com os dirigentes das entidades legislativas com vistas ao alcance dos objetivos comuns;
 - V — promover cursos, conferências, reuniões, seminários, congressos, estudos e outros eventos de interesses da associação;
 - VI — desenvolver meios necessários à recuperação e preservação da memória do Legislativo em todos os seus níveis;
 - VII — estabelecer vínculos institucionais com organismos e associações nacionais e internacionais, por filiação, intercâmbio ou convênio.”

Verifica-se, pois, Senhores Senadores, que a preocupação do corpo de servidores do Legislativo, traduzida na criação de uma associação nacional, com objetivos claros e transparentes, voltados para a defesa da instituição legislativa, nos seus diversos níveis, coincide com a aspiração da opinião pública nacional, que exige, cada vez mais, dos seus representantes nos Parlamentos, atitudes e ações que reflitam o interesse desta sofrida Nação.

O Senador Enéas Faria, nosso digno Primeiro-Secretário, traduziu em seu pronunciamento o pensamento senão da totalidade, pelo menos da grande maioria dos Senhores Senadores, quando, descreveu as provi-

dências adotadas pelo Senado Federal, visando fortalecer o Legislativo, instrumentalizá-lo e colocá-lo ao alcance da sociedade.

Na esperança de que exemplos como os oferecidos pela ANDAL frutifiquem em nosso País, e absolutamente convencido de que o idealismo, acima de tudo, norteia as diretrizes propostas pelos seus fundadores e dirigentes, é que solicito de Vossa Excelência, Senhor Presidente, a transcrição nos Anais do Senado do pronunciamento de Sua Excelência o Senador Senador Enéas Faria, naquela memorável Sessão Solene.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ALAOR COUTINHO EM SEU DISCURSO:

PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ENÉAS FARIA, POR OCASIÃO DA SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO III ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS — ANDAL.

É com imenso prazer que compareço a este evento representando o Senado Federal e a pessoa do ilustre e eminentíssimo Presidente, Senador José Fragelli.

Era intenção de Sua Excelência estar conosco neste momento. Infelizmente, encargos superiores à sua capacidade de mobilização — vez que na tarde de hoje estive cumprindo compromissos inadiáveis no extremo norte de Mato Grosso — impediram sua viagem a São Paulo.

Tenho tido o privilégio de compartilhar com Sua Excelência as elevadas responsabilidades de dirigir o Senado Federal. Por isso, sinto-me bastante à vontade para interpretar, perante este auditório, os anseios e expectativas de Sua Excelência, vez que eles se somam aos nossos desejos e aos nossos ideais.

Senhoras e Senhores:

Este encontro assinala o fim e o começo de dois períodos bem distintos de nossa Nação. Ele marca o fim de mais de vinte anos de nossa Moderna História Política, onde as instituições legislativas neste País, tanto a nível federal como estadual, foram arbitrariamente marginalizadas. Ele assinala, também, o começo de uma nova era que o Brasil se prepara para abraçar; onde as instituições democráticas, os partidos políticos, a imprensa e a mídia ou as instituições representativas estão chamadas a reassumirem seu novo papel na sociedade e a contribuir para um Brasil próspero, democrático e livre.

Antes de delinear os desafios com que defronta a ANDAL nos anos vindouros, gostaria de colocar-lhes à par dos vários esforços e iniciativas com vistas ao aprimoramento Legislativo, empreendidos nos últimos anos.

Apesar dos difíceis e magros anos que as instituições legislativas enfrentaram sob o regime autoritário em passado recente, um fato merece ser ressaltado, isto é, os Legislativos conseguiram sobreviver e, em muitos casos, passaram por enormes adaptações e reformas para eliminar alguns dos flagrantes abusos que, historicamente, só serviram para minar a sua legitimidade e abrir espaço, se não para justificar o regime autoritário, para restringir suas atividades, intimidar e aprisionar seus membros e, vez por outra, fechar a instituição.

Pelo menos a nível federal e, em especial no âmbito do Senado Federal, no fim dos anos sessenta, ficou por demais patente para a liderança de ambos os partidos na época que, se o Legislativo tivesse de sobreviver, teria que passar por certas adaptações necessárias a fim de viabilizá-lo. Num país em francas e rápidas transformações tecnológicas e industriais, as instituições políticas empenhadas ou que queriam estar empenhadas na formulação de políticas necessitavam apetrechar-se adequadamente com as informações pertinentes e oportunas. Desinformadas ou mal informadas, as instituições podem tão-somente se prestar a um papel marginal, na melhor das hipóteses ou, como é mais frequente, elas agem como um freio no processo de desenvolvimento. A fim de participar em bases igualitárias com o Executivo na formulação de políticas públicas, o Congresso Nacional teve de lançar-se num longo processo de modernização, equipando-se com as tecnologias e habilidades adequadas para assumir seu devido papel.

Nossa primeira prioridade foi cercar-nos de um corpo de servidores Legislativos competente e capaz, que pudesse nos assessorar no cumprimento de nossas tarefas, quer fossem em áreas relacionadas com o eleitorado, quer fossem na área da administração da própria insti-

tução, quer fossem na área da discussão e análise das políticas públicas. Não obstante os eventuais abusos cometidos vez por outra, é fato que durante esses anos, através de um sistema de seleção competitiva, fomos capazes de atrair profissionais os mais capazes, dedicados e motivados, para prestar serviços no Legislativo. Para cada estória de horror que se ouve sobre determinado indivíduo incompetente, que trabalha neste ou naquele setor, com este senador ou aquele deputado, há muitas estórias sobre heroísmo, dedicação, competência e, principalmente, lealdade, não divulgados. É comum caminhar-se pelos corredores do Congresso Nacional no meio da noite e encontrar-se servidores de todos os níveis hierárquicos nas suas salas ultimando serviços de interesse administrativo ou parlamentar.

Para cada pessoa que foi admitida devido às ligações políticas — é sabido que algumas foram admitidas nessa base — existe um número maior de servidores que conquistaram seus empregos através de concursos competitivos e probos. Em ambos os grupos contamos com servidores brilhantes e dedicados. Embora ocorram críticas de que servidores não comparecem ao trabalho, a verdade é que a maioria esmagadora do staff trabalha muito além do horário regular.

Estou certo de que não há necessidade de enfatizar para este auditório a importância de se ter um corpo de servidores competentes para o bom desempenho dos trabalhos Legislativos. Aqueles que passaram suas vidas acadêmicas estudando as instituições legislativas nos afirmam que a diferença entre um parlamentar e outro, em termos de realizações, é muito menos uma reflexão de sua inteligência e conhecimento natos, e muito mais um produto da qualidade e do calibre do staff com que os parlamentares se cercam. Isto não quer dizer de modo algum que não sejam importantes os hábitos de trabalho e comprometimento diligentes dos parlamentares. O que quer dizer é que, numa sociedade complexa e tecnológica como a nossa, o parlamentar precisa de uma equipe para trabalhar com ele. Pouquíssimos de nós, independentemente de nossa experiência e especialização, pode afirmar que conhece todas as áreas que são debatidas no Legislativo. O que se faz necessário é o entrelacamento criativo do comprometimento e da receptividade do parlamentar com o conhecimento e a receptividade do staff.

Isto me leva a uma questão muito importante que tem sido muitas vezes negligenciada pelos defensores das reformas legislativas e pela imprensa. É comum colocar-se ênfase na necessidade de selecionar um staff competente através de concursos competitivos e públicos. Se bem que necessários, não são suficientes. O que geralmente se omite é a necessidade de um staff responsável, que partilhe os valores e objetivos do parlamentar. Numa democracia, é o processo eleitoral que dá legitimidade ao parlamentar. Ele precisa de um staff não só competente, culto e bem informado mas, e especialmente, responsável e receptivo para com as metas e orientações políticas do parlamentar.

Uma outra área importante da reforma legislativa, além do recrutamento de um corpo de servidores competentes, é a da informática. Desde o início da década de setenta e sob a liderança do falecido Senador Petrônio Portella, o Senado Federal criou o PRODASEN. Esse órgão se transformou num dos mais abrangentes centros de informações legislativas do mundo. Para ali, foram atraídos alguns dos especialistas mais capazes em matéria de informática e computação no Brasil. Graças aos seus esforços pioneiros, adaptou, desenvolveu e inventou mais de trinta aplicações de computadores modernos no processo Legislativo. Não existe, atualmente, nenhum setor no Congresso Nacional, quer no âmbito administrativo, quer no âmbito Legislativo, onde não se faça sentir essa tecnologia revolucionária.

Nos últimos anos o Congresso Nacional aperfeiçoou o Centro Gráfico, adequando-o às necessidades crescentes de serviços orientados para o suporte às atividades legislativas que, como sabem, envolvem apreciáveis volumes de trabalhos e publicações de urgência. Mais recentemente, o CEGRAF entrou no campo da avançada tecnologia de computação, para integrar os trabalhos realizados nas comissões e no plenário, pela taquigrafia. Tão logo esse processo esteja em operação, as atas das sessões serão editadas pelo CEGRAF, diretamente, à partir dos registros em computador.

As nossas bibliotecas se mantêm atualizadas com as mais avançadas tecnologias e mais recentes publicações, de modo que se encontram potencialmente equipadas para servir às necessidades dos analistas políticos.

Os órgãos vinculados à Secretaria de Documentação e Informação, especialmente as Subsecretarias de Análise e de Biblioteca, que trabalham em conjunto com o PRODASEN, têm à sua frente profissionais de vanguarda no uso de tecnologias aplicadas à informática legislativa.

Como podem perceber, não só fomos capazes de recrutar um staff competente, como também investimos maciçamente no seu desenvolvimento profissional. Dezenas de servidores concluíram cursos de graduação e pós-graduação em áreas de relevância para o Legislativo. Mais de duzentos membros do staff participaram de programas de treinamento no Brasil e no exterior, em várias áreas de tecnologias legislativas. Atualmente, numa base contínua e em cooperação com instituições acadêmicas no País, o Senado Federal está empenhado num amplo programa de capacitação dos seus servidores.

Senhoras e Senhores:

Dos eventos empreendidos nos últimos anos, a criação da ANDAL é, por certo, a mais significativa em termos de potencial para a vida legislativa deste País, a longo prazo. Graças aos esforços dedicados e criativos, os membros do staff Legislativo federal e estadual realizaram o primeiro encontro preparatório em Curitiba, em novembro de 1984, com a participação direta e decisiva dos Deputados Trajano Bastos e Gernote Kirinus, então Presidente e 1º-Secretário da Assembléia Legislativa do Paraná. O II Encontro da ANDAL, que tivemos a honra de sediar no Congresso Nacional, foi realizado em novembro de 1985. Agora, realiza-se o III Encontro, aqui em São Paulo, tendo como característica singular a participação de uma representação internacional. É realmente, um grande feito para uma organização que acaba de ser criada.

Não obstante isso, são grandes os desafios a serem vencidos. Permitam-me delinear algumas das prioridades para a ação articulada e sistemática da instituição nos próximos anos.

É necessário combater toda e qualquer imagem negativa que os Legislativos adquiriram, quer através da propaganda maliciosa de seus detratores nos últimos vinte anos, quer através da ação imprudente que alguns possam ter cometido. Essa imagem negativa é menos resultado do que os Legislativos fazem ou deixam de fazer, mas sim da imagem negativa que é difundida por agentes mal informados de como eles procedem em seus trabalhos. Diferentemente do Executivo ou da empresa privada, o Legislativo constitui um fórum aberto a todos os pontos de vista. Aqui, não se encobrem ou se escondem do público as diferenças e os problemas. Na realidade, a natureza adversa do debate dos vários protagonistas no âmbito Legislativo tende a ampliar e muitas vezes enfatizar as diferenças.

Posso assegurar-lhes, com base na experiência de quem tem atuado durante quase toda a sua vida no Legislativo, que qualquer coisa de errado que os Legislativos façam, o Executivo o faz pior, exceto que poucas pessoas tomam conhecimento disso. Isso não quer dizer, contudo, que não devamos aprimorar nossas operações. Como instituições representativas e públicas, precisamos criar um alto padrão de ética e de moralidade no serviço público. Temos o dever do bom e do indiscutível exemplo.

Numa perspectiva de sociedade aberta e democrática o empregismo nas organizações públicas não pode ser tolerado. Os elementos improdutivos, que não estão dispostos a serem treinados e readaptados para um melhor desempenho, devem ser dispensados. Precisamos passar a utilizar de forma mais adequada os muitos recursos que se acumularam ao longo dos anos. Para realizarmos isso, devemos reestruturar-nos criativamente, de modo a ensejar uma atuação mais integrada do staff com o parlamentar. A burocratização da instituição legislativa fez com que parlamentares, bem como staff, se tornassem distantes e enfraquecidos. A rotatividade das lideranças, impostas por normas arbitrárias, afetam profundamente a instituição, enfraquecendo-a. Ela não permite um esforço sistemático rumo à especialização, à profissionalização e o uso adequado do staff. Precisamos rever a Norma Constitucional que nos levou a este estado de

coisas; repensar nossos regimentos e nossos regulamentos administrativos.

Senhoras e Senhores:

A ANDAL é o fórum ideal para abordar esses e muitos outros problemas de relevância para os Legislativos, para as diferentes regiões do País. Os futuros seminários e encontros nacionais são fóruns por excelência para discutir essas e outras questões políticas de interesse público. No processo da redação de uma nova Constituição, a ser realizada no próximo ano, a ANDAL pode desempenhar importantíssimo papel na formulação do novo sistema federal a ser elaborado, no papel dos Estados dentro do sistema e, mais especificamente, no papel que os Legislativos devem desempenhar a nível federal e estadual.

As inovações e as soluções para os problemas surgidos num determinado Estado, graças à ANDAL, poderão, agora, ter o seu veículo de difusão e de penetração nos demais Estados economizando tempo e dinheiro.

Gostaria de assegurar-lhes que no seu trabalho vindouro vocês terão muitos aliados. Os recursos do Senado Federal, que mencionei, encontram-se e continuam disponíveis para a futura cooperação com os outros Estados. Recentemente, várias universidades se mostraram interessadas em cooperar com os Legislativos no treinamento e pesquisa de políticas públicas. A Universidade de Brasília, por exemplo, vem desempenhando relevante papel na promoção da cooperação entre a universidade e o Congresso, tanto no treinamento como na pesquisa de políticas públicas. Nesse sentido, gostaríamos de destacar o trabalho do Professor David Fleischer.

Além dos recursos disponíveis no País, fomos beneficiados com a experiência de outros Legislativos, em especial, de nossos vizinhos do Norte, os Estados Unidos. A "Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais Norte-Americanos", representada aqui pelo seu Presidente, Senador David Nethsing, pelo seu Diretor-Executivo, Doutor Earl Mackey e pela sua Diretora do staff profissional, Doutora Sue Bauman, tem se mostrado muito prestativa ao receber vários de nós nos últimos anos e ao permitir que aprendêssemos com sua experiência e realizações. Esperamos que no futuro possamos ter uma maior cooperação entre a ANDAL e a NCSL, em áreas de benefícios para as instituições legislativas de ambos os países.

Gostaria de registrar, igualmente, que estamos viabilizando ações de cooperação com a República Federal da Alemanha e com a França, encaminhando-as para a ANDAL. Esperamos que esse relacionamento frutifique e estamos confiantes de que ele contribuirá para o fortalecimento das instituições democráticas dos países envolvidos.

Diferentemente dos regimes autoritários e das ditaduras, as instituições democráticas não podem sobreviver isoladas.

Assim, gostaria de registrar que chegou ao meu conhecimento a possibilidade de uma futura unificação entre a ANDAL e a UPI, se isso vier a ocorrer, tenho convicção de que a nova organização resultará ainda mais representativa. Essa maior representatividade, por sua vez, dará maior força política aos debates das questões públicas.

Caros colegas, prezados companheiros:

Considero a oportunidade adequada para registrar algumas referências pessoais. Destaco, inicialmente, a pessoa do Deputado William Passanante, da Assembléia Legislativa do Estado de Nova Iorque, que vem sendo, nestes últimos anos, um bom e veterano amigo para muitos de nós Parlamentares e membros do staff. A sua atuação tem sido fundamental para um efetivo intercâmbio com tal instituição, permitindo que nos mantenhamos atualizados com os mais recentes desenvolvimentos em matéria de sistemas de informática e de tecnologias legislativas. Esperamos que este relacionamento continue a crescer, transpondo novas fronteiras, com frutos perenes para as nações democráticas.

Nobre e ilustre Deputado William Passanante, peço-lhe ser o portador de nossa grande amizade pessoal e de nosso apreço pelo relevante trabalho que realiza junto à Assembléia Legislativa de Nova Iorque, apoiando as iniciativas de sua instituição, sensibilizando-a para o papel de destaque que deve desempenhar perante a comunidade local, estadual, nacional e internacional.

Gostaria, também, de destacar um tributo especial para a Universidade Estadual de Nova Iorque, em Albany, aqui representada pelo Professor Abdo Baaklini e seu colega Professor Robert Nakamura. Como é do conhecimento de muitos de vocês, esta universidade vem se empenhando, há muitos anos, em programas de cooperação com o Senado Federal, Câmara dos Deputados e, recentemente, os Legislativos estaduais, com vistas ao fortalecimento da capacidade institucional do Poder Legislativo. Esses esforços procuram abranger programas e seminários de intercâmbio cultural para senadores, deputados federais, deputados estaduais, destacando especial prioridade e ênfase para os servidores de órgãos Legislativos.

Homenageamos aquela magnífica universidade e seu Presidente, Professor Vincent O'Leary, na pessoa do Doutor Abdo Baaklini, Diretor do Programa Internacional. No seu longo relacionamento conosco, o Doutor Baaklini exemplifica os ideais de um exímio profissional. Ultrapassando, em longe, as suas obrigações acadêmicas — dedica-se de corpo e alma a idéia que, hoje, reparte com profissionais do Legislativo de vários países, principalmente do Terceiro Mundo — na certeza de que é profundamente gratificante plantar sementes e vê-las germinar, transformando-se em árvores frondosas e, quiçá, seculares.

Ao ilustre e eminentíssimo Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, Deputado Luiz Carlos Santos, que nos acolhe neste formidável evento da ANDAL, com a sensibilidade própria e indiscritível da gente deste pujante Estado de São Paulo, os nossos maiores agradecimentos. Expressa Vossa Excelência apurada reflexão quanto ao momento histórico em que vivemos, possibilitando o debate, a troca de idéias, o intercâmbio e o relacionamento pessoal entre parlamentares, servidores, acadêmicos e pesquisadores.

Vossa Excelência, nobre Deputado, com coragem e saber, permite que encontros como este venham a se tornar rotineiros na vida dos Legislativos, desmistificando, pelo debate saudável o preconceito de que somente aos órgãos dos outros poderes é lícito reuniões, seminários nacionais e até internacionais.

As barreiras que nos mantinham em permanente estando de ilhamento estão sendo desfeitas. Necessitamos, urgentemente, sair da visão paroquial do mundo em que vivemos, sem perder de vista, contudo, os compromissos com a nossa instituição, o Poder Legislativo, santuário da democracia.

Ao magnífico corpo de servidores da Assembléia Legislativa de São Paulo, o nosso profundo agradecimento pelo elevado espírito profissional que imprime ao III Encontro Nacional da ANDAL. Sabemos, por experiência

própria, o quanto é difícil empreender um trabalho como este. Temos certeza, contudo, que os resultados do evento serão extremamente positivos a todos quantos têm o privilégio de estar conosco.

À todos e a cada um, desejo os mais profícios trabalhos, hoje e no futuro.

Aguardamos, ansiosamente, as valiosas contribuições que o III ANDAL haverá de trazer para as nossas instituições legislativas, quer no âmbito federal, quer no estadual, sem nos esquecermos, também e principalmente, no municipal.

Aos dirigentes da ANDAL, sustentáculos de um ideal que não deve arrefecer, os nossos encômios pelo trabalho que vêm realizando.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Nada mais havendo que tratar, a Presidência, nos termos regimentais, designa para a sessão ordinária de amanhã a seguinte.

ORDEM DO DIA

Trabalhos das Comissões

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 14 horas e 59 minutos.*)

ATO DO PRESIDENTE Nº 103, DE 1986

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 1973, e revigorada pelo Ato nº 12, de 1983, da Comissão Diretora, e à vista do disposto na Resolução nº 130, de 1980.

Resolve autorizar a contratação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço de Célio Muniz Passos, para o emprego de Assessor Técnico, com o salário mensal equivalente ao vencimento do cargo DAS-3, a partir de 24 de setembro de 1986, com lotação e exercício no Gabinete do Senhor Senador Nivaldo Machado.

Senado Federal, 1º de outubro de 1986. — José Fragelli, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 104, DE 1986

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de acordo com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 011154 86 1,

Resolve aposentar, voluntariamente, Francisco Gonçalves Pereira, Assistente Legislativo, Classe "C", Referência NM-33, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos dos artigos 101, inciso III, e 102, inciso I, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinados com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, inciso III, 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972, e artigo 2º parágrafo único, da Resolução SF nº 358, de 1983, e artigo 3º, da Resolução SF nº 13, de 1985, com proventos integrais, correspondentes ao vencimento da Classe "Especial", Referência NM-35 e a gratificação adicional por tempo de serviço a que faz jus, observado o limite previsto no artigo 102, § 2º, da Constituição Federal.

Senado Federal, 1º de outubro de 1986. — José Fragelli, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 105, DE 1986

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi autorizada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do processo nº 011.336-86-2,

Resolve autorizar a rescisão do contrato de trabalho de Antônio Carlos de Oliveira, do emprego de Guarda de Segurança, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, a partir de 17 de setembro de 1986.

Senado Federal, 1º de outubro de 1986. — José Fragelli, Presidente do Senado Federal.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

RETIFICAÇÕES

Na publicação feita no DCN (Seção II) de 5-9-86, página nº 3110 no título: Projetos aprovados em primeiro turno:

Suprime-se:

Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que introduz modificações no Código Brasileiro de Telecomunicações — (Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962). Sessão: 15-8-86 (Extraordinária)

Na publicação feita no DCN (Seção II) de 5-9-86, páginas nºs 3108 e 3109 no título: Projetos aprovados e enviados à Comissão de Redação:

Inclua-se:

Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1983, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que introduz modificações no Código Brasileiro de Telecomunicações — (Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962). Sessão: 15-8-86 (Extraordinária)